

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

7º Boletim de Acompanhamento

27 de julho de 2020

Nesta semana será divulgado o sétimo boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

Das Audiências

No dia 7 de julho, foi realizada audiência pública para debater a dificuldade de acesso ao crédito por Micro e Pequena Empresa no contexto da crise causada pela pandemia de Covid-19. Participaram desse evento a Senhora Rosi Dedekind, Presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais de Santa Catarina (FAMPESC); os Senhores Neudson Peres de Freitas, Gerente Geral de Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil; Celso Leonardo Barbosa, Vice-Presidente de Negócios e Varejo da Caixa Econômica Federal; Ercílio Santinoni, Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas dos Empreendedores Individuais (CONAMPE); Kedson Macedo, Presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (CONFEBRAS); Luis Carlos Florani, Diretor- Superintendente do Banco do Empreendedor; Carlos Melles, Presidente do Sebrae Nacional; Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área de Operações e Canais Digitais do BNDES; Paulo Sérgio Neves de Souza, Diretor de Fiscalização do Banco Central; Augusto Sperotto, Presidente das Sociedades de Garantia de Crédito do Brasil (SGC/Central); Carlos da Costa, Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia; Pedro Ananias Alves, Consultor da Associação Brasileira das Organizações de Microcrédito e Finanças (ABCRED); Bruno Laskowsky, Diretor de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do BNDES; Adael dos Santos, Presidente da Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Média Empresas (AJORPEME).

O primeiro debatedor foi o Sr. Ercílio Santinoni. Os principais pontos levantados por ele foram:

- A dificuldade crônica dos MEI e das micro e pequenas empresas em tomar crédito foi agudizada pela crise da Covid-19. As liberações, quando ocorrem, são destinadas a pequenas empresas (faturamento até R\$ 4,8 milhões) e que já tem tradição bancária. As empresas que não operavam com os bancos estão tendo muitas dificuldades em acessar os créditos;
- Existe a expectativa de que os recursos do fundo garantidor do Pronampe não sejam alavancados, a exemplo de outros fundos garantidores, o que possibilitaria a concessão de mais de R\$ 15 bilhões em operações de crédito;
- Há um questionamento sobre o percentual direcionado às microempresas, já que se esperava um volume de 80% para as microempresas e de 20% para as pequenas, o que aparentemente não está acontecendo;

- Os sócios negativados ficam impossibilitados de contrair a linha do Pronampe, ainda que ele não seja o gestor ou que sua participação seja irrelevante no capital social da empresa. Argumenta-se que o percentual de crédito poderia ser dado em função da participação acionária não negativada, de forma a se evitar a não concessão dos créditos. Além disso, deve-se considerar o tempo em que a pessoa ficou negativada como parâmetro para a concessão;
- Impossibilidade de utilização de pequenos bancos e agências de fomento, já que eles não possuem capital próprio para emprestar utilizando o Pronampe. Sugere-se a utilização do BNDES como instrumento para o empréstimo;
- Existe uma tensão para os empresários com relação a dispensar os empregados e não realizar as operações de crédito ou pegar o dinheiro e esperar que as atividades econômicas voltem ao normal. As empresas investem recursos nos empregados e a dispensa só ocorre quando o negócio está realmente inviável;
- O momento poderia ser adequado para tratar do projeto que trata da recuperação judicial para micro e pequenas empresas.

O segundo orador foi o Sr. Kedson Macedo. Sua principal contribuição foi informar que as cooperativas de crédito podem ajudar no processo de concessão de empréstimos em função de sua grande capilaridade em todo o território nacional, além do seu foco em micro e pequenas empresas.

O terceiro debatedor foi o Sr. Ênio Meinen. Suas principais contribuições foram:

- No intervalo entre abril e junho de 2020, a carteira de crédito para micro e pequenas empresas das cooperativas teve uma expansão de 30%;
- A taxa de sucesso na concessão de crédito pelas cooperativas se aproxima de um terço da demanda total, o que é bastante superior aos 10%-12% da média bancária brasileira. Isso se explica porque os empresários são tanto os clientes quanto os donos das cooperativas, o que facilita a concessão;
- Apenas 10% dos empreendedores têm procurando crédito junto às cooperativas de crédito. Além disso, 10% do crédito total para os pequenos negócios são oriundos das cooperativas, o que demonstra o amplo espaço para a expansão dessa forma de concessão de operações de crédito;
- O tempo que as instituições levaram para operacionalizar os diversos programas do Governo foi um fator negativo para a concessão de crédito às micro e pequenas empresas;
- É necessário expandir o Pronampe, já que ele se encerra em agosto de 2020;
- As cooperativas demandam que haja uma maior liberdade para distribuir recursos de fundos constitucionais, já que hoje isso é muito restrito.

O quarto debatedor foi o Sr. Pedro Ananias Alves, que ressaltou os seguintes pontos:

- As instituições de microcrédito são sociedades de interesse público, sem fins lucrativos, voltados para os empreendedores que estão na base da pirâmide;
- A estrutura das instituições de microcrédito está subutilizada e poderiam ajudar muito no momento atual.

O quinto debatedor foi o Sr. Luiz Carlos Floriani. Os principais aspectos mencionados foram:

- O sistema financeiro tradicional não está preparado para chegar na microempresa e no MEI, já que eles precisam de funding e também de orientação técnica;
- O sistema financeiro tem atrelamentos e restrições culturais que o impede de acessar com rapidez os empreendedores muito pequenos;

- Mesmo com todas as limitações, o volume de empréstimos por meio de microcrédito superou R\$1 bilhão em operações médias de R\$4 mil para microempresas e para MEIs, mesmo que esse canal não tenha sido adequadamente explorado pelo Governo;
- Um problema para as instituições de microcrédito são as obrigações que devem ser atendidas quando da captação de recursos que são bastante severas e precisam ser revistas.

O sexto debatedor foi o Sr. Augusto Sperotto. Ele tratou das Sociedades de Garantia de Crédito. Os seguintes tópicos foram abordados:

- As sociedades de garantia de crédito poderiam ajudar os micros e pequenos empresários a reduzir substancialmente os juros pagos às instituições financeiras. Por serem atrelados a entidades empresariais, a capilaridade de sua atuação é grande e podem ajudar a levar o crédito a quem precisa;
- Ele demanda que o Banco Central os reconheça como parte integrante do Sistema Nacional de Garantias, por meio de sua transformação em Cooperativas de Crédito e de Garantias;
- Durante o período de pandemia, as Sociedades de Garantia de Crédito triplicaram o volume de operações para micro e pequenas empresas.

O sétimo debatedor foi o Sr. Silas Santiago, gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae. Suas contribuições foram:

- Importância da prorrogação das dívidas tributárias, em um momento de preservação de caixa. Nesse sentido, o PLP 9, de 2020, aprovado recentemente na Câmara e que precisa ser votado no Senado, para estender a transação tributária para o Simples Nacional. Isso ajudaria, por exemplo, na renegociação das dívidas tributárias;
- Salientou a importância do PL nº 3.566, de 2020, que trata da moratória dos tributos do Simples Nacional vencidos entre abril e setembro. Apesar de algumas prorrogações implementadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, eles entendem que a dificuldade ainda persiste e a aprovação do projeto seria muito importante;
- A área de crédito é, segundo ele, a última fronteira para as micro e pequenas empresas. As primeiras – tributária e desburocratização – já estão sendo vencidas por meio do Simples e de medidas de desburocratização. Nessa área, eles estão apoiando o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, criado na gestão Afif Domingos. O montante de crédito concedido é da ordem de R\$ 1,8 bilhão de reais. Segundo suas palavras, o funding é necessário, mas é a garantia que realmente estende o crédito;
- A MP nº 944, de 2020, foi mal interpretada pelos empresários, já que a questão da suspensão da demissão fica restrita a 60 dias após a concessão do crédito e não nos 36 meses do prazo de pagamento. O prazo de concessão foi estendido pelo Congresso Nacional de 2 para 4 meses e deve ajudar um pouco a aumentar o crédito ao setor privado;
- O Pronampe também é muito bem-vindo. Segundo ele, um stop loss de 8% pode alavancar o volume de créditos concedidos para cerca de R\$ 200 bilhões;

O segundo grupo de debatedores representa o setor financeiro. O primeiro a falar foi o Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, que fez as seguintes ponderações:

- O Banco Central atuou de forma tempestiva e transparente, a partir de fevereiro de 2020, visando manter a funcionalidade e assegurar a confiança nos mercados financeiros;

- A atuação do BC se deu por meio de medidas de liquidez e de crédito e o esforço realizado é compatível com o de países desenvolvidos;
- A liberação de compulsórios foi integralmente direcionado ao crédito. Recorde-se que os compulsórios não são créditos públicos, mas recursos privados que são bloqueados pelo BC em um contexto de política monetária;
- Houve a criação de linha de empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas pelas próprias operações de crédito. Além disso, houve a criação do depósito a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos. Essas linhas asseguraram a liquidez às instituições financeiras e cooperativas de crédito, independentemente do seu porte. Essas medidas movimentaram R\$ 175 bilhões no mercado de crédito e com isso, o mercado de crédito demonstrou permanecer operante;
- Ainda que o volume de crédito seja abaixo do necessário, houve uma expansão de 8,12% quando a retração observada em outros países foi da ordem de 15%. Novas concessões, renovações e prorrogações de parcelas foram capazes de superar as liquidações e amortizações ocorridas no período;
- A partir da segunda quinzena de maio, o mercado de crédito começou a dar sinais de arrefecimento, especialmente nos segmentos das microempresas e empresas de pequeno e médio portes, em função da aversão a risco das instituições financeiras, o que irá requerer um esforço fiscal por parte do Estado, que deverá assumir o risco com as instituições financeiras;
- O PEAC-FGI e o Pronampe deverão ganhar força durante o mês de julho;
- A partir de 23 de junho, o BC anunciou uma série de medidas focadas no direcionamento do crédito para microempresas e empresas de pequeno porte, tais como direcionamento do compulsório de poupança, permissão do uso de imóvel como garantia para mais de um empréstimo e um programa de capital de giro para preservação de empresas, que abrange desde as microempresas até as empresas com R\$ 100 bilhões de faturamento.

O segundo a falar foi o Sr. Bruno Laskowsky do BNDES. Seus principais comentários foram:

- O BNDES e Tesouro já disponibilizaram mais de R\$ 100 bilhões em linhas com o próprio Programa Emergencial de Acesso a Crédito – PEAC. O PEAC é uma derivada de um programa original que está sendo liberado em quatro tranches de R\$ 5 bilhões, mas que pode ser alavancado de quatro a cinco vezes, chegando a R\$ 80 bilhões ou a R\$ 100 bilhões;
- O BNDES aumentou o volume de suas linhas para pequenas e médias empresas, cujo montante liberado em março e abril foi da ordem de R\$ 12 bilhões, ou 2000 operações acima do que foi registrado no mesmo período de 2019;
- O banco conseguiu reestruturar a linha de capital de giro para pequenas e médias empresas rapidamente e concedeu mais de R\$ 5 bilhões. Como a linha só durou até junho de 2020, ela já foi renovada em mais R\$ 5 bilhões;
- Com relação ao Programa Emergencial de Suporte ao Emprego – PESE, a primeira edição gerou impacto da ordem de R\$ 5 bilhões, com acesso de cerca de 113 mil empresas e 2 milhões de empregos preservados;
- A inserção do seguro de crédito que migraria do subsídio à taxa de juros para um subsídio ao risco de crédito;
- O crédito indireto, por meio de agentes repassadores, e as operações digitais também são importantes para o banco.

O terceiro a falar foi o Sr. Celso Leonardo Barbosa da Caixa Econômica Federal, que mencionou os seguintes pontos:

- O foco da Caixa são as micro e pequenas empresas. Já foram emprestados mais de R\$ 8 bilhões durante a crise. 70% das operações contratadas com a Caixa vêm de fora da empresa. 80% das operações foram com microempresas;
- A caixa viu uma oportunidade de bancarizar empresas que nunca tiveram conta bancária;
- O objetivo da Caixa é fazer R\$ 6 bilhões em operações de crédito no âmbito do Pronampe;
- A Caixa adotou procedimentos para que a concessão fosse feita rapidamente (entre um dia e uma semana na maior parte dos casos). Além disso, a instituição tem se mantido aberta, com mais de 40 mil funcionários à disposição do público;
- A Caixa vem usando uma parceria com o Sebrae com relação ao crédito assistido que vai além de fornecer os recursos. Essa modalidade já chegou a mais de R\$ 2 bilhões;
- A Caixa vem trabalhando com agências de fomento como a AgeRio, a Goiás Fomento, Extracredi, dentre outras, cujo objetivo é fazer os recursos chegarem aos empresários da ponta;
- Foram feitas operações de R\$ 19 bilhões com pessoas físicas;
- A Caixa já está trabalhando com o Fungetur que é uma linha importante que vai ser complementar a esses fundos de aval para a questão do Turismo.

O quarto a falar foi o Sr. Neudson Peres de Freitas, do Banco do Brasil. Suas contribuições foram:

- O Banco do Brasil aplicou mais de R\$ 37 bilhões no segmento de Micro e Pequenas empresas;
- O BB tem uma base de 2,3 milhões de clientes classificados como Micro e Pequenas Empresas;
- Houve a prorrogação de linhas próprias do BB. Isso aconteceu em duas tranches. Uma está vigente até o final de julho e, se necessário, haverá uma segunda apoiando a prorrogação das parcelas;
- Houve a prorrogação de linhas em que haja parceria com o BNDES. Essas prorrogações foram de dois a seis meses. Houve também prorrogação nas linhas de comércio exterior;
- Ele citou a Proger Urbano Capital de Giro e que vem tendo boa aceitação;
- O BB atuou no sentido de desburocratizar e simplificar o atendimento para micro e pequenas empresas e facilitar o crédito dos clientes ao banco;
- Houve flexibilização das condições de acesso aos canais remotos e digitais e simplificação de procedimentos operacionais.

O último debatedor foi o Sr. Carlos da Costa, do Ministério da Economia. O convidado fez as seguintes ponderações:

- Um dos problemas das instituições financeiras para liberar crédito é que não se conseguia identificar claramente qual era o risco de cada um dos empréstimos. Por isso, a necessidade de implementar várias linhas para públicos diferentes;
- Após a liberação de liquidez pelo BC, o BNDES rapidamente implementou uma linha de R\$ 5 bilhões. O PESE foi rapidamente implementado, apesar de que a eficácia dessa linha foi limitada. Foi aí que o Governo pôde dimensionar o grau de importância das garantias, sem os quais os créditos não seriam concedidos;
- A atuação sobre o crédito chegou também por canais que não passam pelo Setor Financeiro. A prorrogação no pagamento de impostos possibilitou proteger parte do capital de giro das empresas. O BNDES implementou o standstill em parte de seus empréstimos;
- As operações do Pronampe e do PEAC-FGI levaram algum tempo, mas começam a gerar resultados;

- O Governo passará a divulgar o volume de concessão de empréstimos que será atualizado em tempo real;
- A crise atual gerou uma externalidade positiva que foi a discussão de um Sistema Nacional de Garantia de Créditos. Outra externalidade foi a bancarização de uma parcela da população que não tinha acesso aos bancos;
- A recuperação da nossa economia está ligada à capacidade de manter o tecido econômico ativo, de manter as empresas vivas;
- Aparentemente, há uma heterogeneidade na liberação de crédito. Há gerentes que estão liberando créditos e gerentes que não estão liberando créditos. Há bancos liberando muito e bancos liberando pouco crédito. Isso está relacionado a cultura dos bancos e também a questões de treinamento. Mas a tendência tem sido na direção do aumento na concessão de crédito.

No dia 9 de julho, foi realizada Audiência Pública para debater o panorama da Educação diante da pandemia. Participaram da audiência os Senhores Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Josué Modesto, Secretário de Educação do Estado de Sergipe e Representante de Cecília Motta, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Luiz Roberto Liza Curi, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); Cezar Miola, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

O primeiro convidado, Senhor Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Undime, relatou preocupação com a evasão escolar, pois a pandemia tem gerado mais excluídos. Um dos motivos é o fato de que diversas escolas optaram por utilizar tecnologias digitais e acabaram por excluir aqueles alunos que não têm acesso à Internet. Com relação à Educação Infantil, ponderou sobre a impossibilidade de se utilizar educação à distância. Mencionou que existe um período máximo de exposição a telas que é estipulado pela Sociedade Brasileira de Pediatria que seria de até 1 hora por dia para crianças pequenas ou muito pequenas. Citou também o problema das escolas que enviaram atividades impressas, mas os pais são analfabetos. Além disso, existem casos de famílias que não conseguem se organizar para as atividades. Contudo, considerou que o ano não está perdido e que dados de saúde sólidos são importantes para o planejamento do retorno às aulas. Nesse contexto, o Senhor Luiz Miguel também abordou a construção de subsídios para a volta às atividades presenciais. Entretanto, enfatizou que não se trata de um guia geral, dada a diversidade dos mais de cinco mil municípios. Considerou que cada município deverá construir o seu próprio protocolo de retorno de acordo com suas realidades, como, por exemplo, os dados epidemiológicos da saúde. Ao final de sua fala, mencionou a necessidade de recursos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pois os alimentos continuam sendo distribuídos às famílias dos estudantes, mesmo com as aulas suspensas.

A segunda apresentação foi do Senhor Josué Modesto, Secretário de Educação do Estado de Sergipe e Coordenador, no âmbito do CONSED, da Frente da Melhoria do Gasto Público. O convidado iniciou sua fala demonstrando preocupação com o fato de que o Financiamento da Educação é vinculado à Receita Corrente Líquida, ou seja, relaciona-se com a arrecadação tributária. Assim, o Orçamento da Educação é dependente da atividade econômica. Um estudo do grupo coordenado pelo Senhor Josué Modesto estimou para este ano uma perda de 28 bilhões na arrecadação, o que gerou preocupação com as despesas do Setor Educacional. Além disso, fez ponderações quanto à alimentação escolar. Devido ao fato de as escolas estarem fechadas, existe um custo adicional para levar o alimento até o aluno e outras dificuldades adicionais. Daí a necessidade de aporte para o PNAE. O Senhor Josué Modesto também mencionou que muitas escolas optaram pela distribuição de vouchers

que representaram valores superiores ao valor que é financiado pelo referido Programa Nacional de Educação. O PNAE financia 36 centavos por dia/aluno. Isso dá um total de 8 (oito) reais por mês o que seria muito pouco para ser distribuído por meio de vouchers. Assim, diversos estados optaram por valores bem superiores para esses cartões. Isso significou um gasto extra com alimentação escolar.

Outra questão abordada foi a contratação de pacotes de dados, de emissoras de televisão e de rádio para veicular o ensino remoto. Todas essas despesas extraordinárias chegaram a dois bilhões de reais em todas as redes estaduais de educação. O Senhor Josué Modesto também relatou a realização de estudos sobre o impacto do retorno às aulas. Prevê retorno às aulas com novos protocolos: turmas fracionadas para manter o distanciamento, combinação de ensino presencial com ensino remoto, oferta de insumos de higiene como álcool e toalhas descartáveis. Entretanto, tudo isso representa um maior gasto, principalmente por conta do fracionamento das turmas e eventual fracionamento do transporte escolar. A implantação do ensino híbrido (remoto e presencial) gera custos extras, mas ainda não há estudo finalizado do impacto orçamentário. Mencionou necessidade de um auxílio-emergencial para que a educação não entre em colapso. Ademais, o Senhor Josué Modesto acredita que todas as redes estão planejando acolhimento socioemocional quando retornarem as atividades presenciais. Deverão realizar avaliação de quanto os alunos aprenderam durante as atividades remotas. Ao final de sua fala, retomou a questão do acesso à internet e enfatizou as dificuldades na compra de dados. Ponderou que falta ação coordenada com o Ministério da Educação para a negociação com as operadoras de telecomunicação, e que deveria ter sido feita uma compra para toda a rede de ensino.

O terceiro palestrante foi o Senhor Luiz Roberto Liza Curi que iniciou sua apresentação trazendo considerações sobre o Parecer nº 5, de 2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse documento dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e sobre a possibilidade de cômputo de atividades pedagógicas não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual no contexto da pandemia de Covid-19. Mencionou que o principal objetivo do CNE nesse momento de pandemia é cuidar da qualidade do ensino em contexto de não presencialidade. Atualmente, mais de 60% das redes nacionais estão oferecendo atividades remotas. Além disso, enfatizou que o processo de retorno deverá ser cauteloso do ponto de vista sanitário. O Senhor Luiz Roberto também falou sobre a importância de reordenar a trajetória curricular entre 2020 e 2021 para que o ano letivo de 2021 não seja prejudicado. Conforme a transmissibilidade do vírus for reduzindo, as atividades presenciais poderão ser implementadas. Ponderou que 30% das famílias têm receio de que seus filhos não voltem mais às escolas. Daí a importância de um esforço amplo nacional de acolhimento dos alunos e redução da evasão escolar.

O quarto palestrante foi o Senhor Cezar Miola, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Em sua fala, discorreu sobre os principais papéis dos Tribunais de Contas que são a fiscalização quanto à aplicação dos mínimos constitucionais e legais na Educação e a verificação das metas e estratégias dos planos de educação, ou seja, se as crianças estão na escola na idade certa e se estão aprendendo. O Conselheiro ponderou sobre a necessidade de aproximação dos Secretários Estaduais e Municipais de Educação, pois é fundamental que todos os atores dialoguem. Mencionou também o problema do grande número de contratações temporárias no magistério, o que pode comprometer a qualidade da educação. O Senhor Cezar Miola também relatou a necessidade de recursos, de melhoria da assistência financeira, pois as redes estão com extremas limitações. Falou da importância da concretização das medidas propostas pela MP 934, de 2020, com previsão de apoio da União quanto às medidas sanitárias para a volta às aulas. Como os outros convidados da audiência pública, também abordou a questão do fornecimento

da alimentação escolar que está muito precarizado em várias redes públicas do país. Muitas crianças não estão recebendo. A queda de arrecadação está impactando fortemente. O Senhor Cezar Miola também falou da importância da construção de condições para universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade promovendo a utilização pedagógica dessa tecnologia. Assim, será possível termos ensino remoto mesclado com ensino presencial. É necessário investir na capacitação dos professores para o manejo desses instrumentos que acabaram se impondo nesse contexto de pandemia. Cerca de 80 a 90% dos professores se sentem despreparados para atuarem com essas ferramentas. Ademais, mencionou que o rádio também é um mecanismo que deve ser utilizado e pode reduzir o abandono e a evasão escolar. Ao final, o Senhor Cezar Miola também falou da importância de que o Fundeb seja aprovado com fatia maior de contribuição da União.

No dia 14 de julho, a Comissão Mista promoveu Audiência Pública para discutir o acompanhamento e perspectivas da transparência, execução orçamentária e financeira e das metas fiscais relacionadas ao enfrentamento da Covid-19. Foram convidados o Ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Senhor Wagner de Campos Rosário e o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Senhor Felipe Scudeler Salto.

O primeiro a fazer sua apresentação foi o Ministro da CGU. Iniciou sua apresentação mencionando os 506 bilhões de reais de recursos da União que estão sendo aplicados nas mais diferentes frentes, auxiliando estados e municípios, bem como a população em geral, por meio de medidas econômico-sociais voltadas para o combate à pandemia.

O Ministro também relatou que, na área de controle e fiscalização, por parte do Poder Executivo Federal, o início dos trabalhos envolveu principalmente uma análise das contratações do Ministério da Saúde. Ponderou sobre o fato de a maior parte das compras serem realizadas por dispensa de licitação. Nesse contexto, a CGU fez um estudo de risco das contratações o que permitiu a avaliação do emprego de 6,4 bilhões utilizados em contratações diretas pelo referido Ministério, bem como a detecção de fragilidades que poderiam trazer problemas posteriores para a administração pública.

O segundo passo foi a realização de uma parceria com o Ministério da Cidadania, pois foram dirigidos recursos vultuosos, quase 250 bilhões de reais para o pagamento do auxílio-emergencial, valor que já engloba a sua prorrogação. A CGU buscou realizar cruzamento de dados para encontrar irregularidades nos processos que envolviam o referido benefício. O Ministro reconheceu a existência de várias tentativas de fraudes. Os cruzamentos mostraram um número relevante de servidores públicos que tentaram receber o benefício. Foram mais de 209.000 (duzentos e nove mil) servidores de todos os entes federativos recebendo o auxílio-emergencial. Relatou que esse mesmo trabalho no âmbito do auxílio-emergencial também está sendo feito no benefício emergencial para a manutenção dos empregos, e nesse programa, infelizmente, a CGU também já detectou diversas irregularidades. A preocupação da CGU é de que os recursos cheguem a quem realmente necessita.

O Ministro também fez referência a um painel criado no site da CGU com um levantamento feito em cerca de 280 entes federados, incluídos aí todas as capitais de todos os estados além de municípios com mais de 500.000 habitantes. Esse painel traz informações relativas a preços e aquisições. Foram utilizados dados de Diários Oficiais e Portais da Transparência de municípios e estados. O objetivo do painel foi fornecer aos gestores uma média de preços praticados no momento da pandemia. Hoje o preço praticado na venda de respiradores, equipamentos de proteção individual aumentou muito em decorrência da elevada demanda em todo o mundo. Assim, não é possível ter como base o preço anterior fora do contexto da pandemia.

Outro ponto abordado pelo Ministro foi a questão da transparência. Desde o início é possível acompanhar pelo Portal da Transparência a transferência de valores a estados e municípios, bem como as aplicações dos recursos pelo Governo Federal. Foi mencionado também o canal direto com o cidadão “Fala.Br”. Existe uma aba específica para que a população possa se manifestar sobre questões relacionadas à Covid-19. O Ministro relatou que já receberam quase 70.000 manifestações nesse período da pandemia, a maioria sobre o auxílio-emergencial. Considerou que essas manifestações são importantes para orientação das ações realizadas pela CGU.

O segundo convidado, Senhor Felipe Salto, iniciou sua apresentação trazendo dados sobre o crédito para empresas durante esse período de crise. Considerou que as políticas de crédito precisam ser efetivas. Mencionou a publicação de um Relatório de acompanhamento fiscal produzido mensalmente pela Instituição Fiscal Independente (IFI) e que já está disponível no site. Nesse trabalho realizado, foi constatado que diversas medidas têm um desenvolvimento aquém do necessário. Com relação às medidas relacionadas com capital de giro, sob coordenação do BNDES, o Senhor Felipe Salto mencionou que foi solicitada maior transparência e publicização dessas informações que inclusive estão disponibilizadas no site da Comissão Mista. As linhas emergenciais de capital de giro têm saído em um ritmo bastante significativo, mas a linha relacionada ao Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE), para financiamento da folha de pagamentos, apresenta liberação de apenas 11,5%. Isso pode ser um problema de desenho da Política Pública ou, por exemplo, a existência de exigências impeditivas pelos bancos, sobretudo para as empresas pequenas e microempresas.

O Senhor Felipe Salto também mencionou o problema da ausência de um Comitê Central previsto no texto original da PEC do Orçamento de Guerra que acompanhasse todas as ações, todas as liberações dos recursos, para que o processo tivesse maior celeridade. Outro questionamento levantado foi com relação à baixa execução dos recursos da Saúde. São apenas 32,8% de execução de gastos. Nesse contexto, mencionou o Orçamento de Guerra que permite uma certa flexibilidade desses processos tradicionais de compras. Então esse não deve ser o motivo para o baixo percentual de execução. O Senhor Felipe Salto também relatou preocupação com a Dívida Pública. De acordo com a IFI, deve atingir nesse ano algo como 96,1% do PIB, o maior nível de dívida na história. Com relação ao auxílio-emergencial, mencionou as diversas fraudes, mas de uma maneira geral, pondera que a maioria daqueles que precisam estão conseguindo receber.

O representante do IFI também falou da fase pós-crise, sobre o tipo de ações que o Governo poderia realizar desde o atual momento. O contexto sanitário exacerbou a crise econômica e fiscal que já existiam. Economistas no mundo inteiro afirmam que quanto mais eficiente a atuação do Estado para debelar a crise de saúde, maiores as chances de recuperação mais rápida da economia. O Senhor Felipe Salto também falou sobre o IBC-Br divulgado recentemente pelo Banco Central, Indicador Mensal de Atividade Econômica, também conhecido como PIB mensal no senso comum. Houve um pequeno crescimento de 1,3% em maio em relação a abril. Para que esse crescimento continue, são importantes medidas na área do crédito e do emprego e uma sinalização do como será a situação no pós-crise para gerar atratividade de recursos externos. De acordo com o representante do IFI, o Governo tem que demonstrar que passada essa fase, a responsabilidade fiscal e o compromisso com a geração de déficits menores será prioritário. Justificou assim a importância de se discutir a Reforma Tributária, a PEC da Emergência Fiscal e a questão do teto de gastos. No próximo ano, estima-se o teto de gastos em torno de um trilhão e quatrocentos e oitenta e três bilhões, e os gastos obrigatórios mais a parte da despesa discricionária, que tem caráter obrigatório, deve ficar em um trilhão, quatrocentos e dez bilhões. Daí o risco de rompimento do teto no próximo ano, já que a margem fiscal está muito pequena.

No dia 20 de julho, foi realizada Audiência Pública para discutir os rumos da Educação Brasileira: impactos, desafios, soluções práticas e perspectivas da retomada do ensino com mitigação dos impactos causados pela pandemia de Covid-19. Foram convidados os Senhores Ademar Batista Pereira, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e Presidente do SINEPE/PR; Ariosto Antunes Culau, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/MEC; e a Senhora Ilona Maria Lustosa Becskeházy, Secretária de Educação Básica – SEB/MEC.

A primeira convidada a falar foi a Senhora Ilona Maria Lustosa Becskeházy, Secretária de Educação Básica (SEB/MEC). Em sua apresentação, relatou que a Secretaria pode fazer muito pouco no âmbito da pandemia, pois não há escolas sob sua supervisão. Há sistemas de ensino que não respondem ao Governo Federal, que são autônomos para as suas decisões. Então, o trabalho da Secretaria tem sido no sentido de agilizar ao máximo possível a execução do orçamento sob responsabilidade da Secretaria. Além disso, a Secretária de Educação Básica abordou os principais problemas observados após o resultado do último exame do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) em 2018. Foi observado que o Brasil tem capacidade de formar apenas 27.000 alunos de alta performance. Trata-se de um número muito pequeno se compararmos com os Estados Unidos e a China que têm capacidade dez vezes maior que o Brasil. Esses dois países têm um corte similar de alunos. A Senhora Ilona ponderou que a situação já era grave antes da pandemia e vai ficar muito pior no pós-pandemia. Além disso, também mencionou que os países que têm sucesso em seus sistemas escolares normalmente implementam quatro estratégias que devem ser aplicadas conjuntamente para ter resultado. A primeira estratégia, que é a base de tudo, é a definição de objetivos de aprendizagem claros e ambiciosos. A segunda estratégia, uma vez definida essa base curricular clara e ambiciosa, é a existência de um material de ensino apropriado para ensinar cada um deles. Já a terceira estratégia é ter professores e pais com capacidade didática. Embora possuam responsabilidades diferentes, são complementares como diz o art. 205 da Constituição Federal. Os pais precisam monitorar o aprendizado em casa e devem trabalhar em parceria com os professores. A última estratégia é a avaliação formativa e a avaliação dos docentes. A Secretária de Atenção Básica também mencionou que a execução orçamentária está um pouco comprometida, mas os principais problemas já foram identificados e estão sendo abordados. Falou que possuem um orçamento próprio de cerca de 1 bilhão e 600 milhões de reais. Desse valor já foram empenhados 2%. A Secretária mencionou que quer dar celeridade a esse processo de empenho de forma que as redes tenham à sua disposição os recursos necessários para a melhor gestão possível de acordo com sua capacidade técnica.

O segundo convidado a falar foi o Senhor Ariosto Culau. Iniciou sua apresentação fazendo menção ao Programa Novos Caminhos que foi estruturado no ano passado e que tem como objetivo o fortalecimento da educação profissional e tecnológica. Mencionou que somando-se as ofertas da rede federal e da rede estadual observa-se que 60% de todos os cursos técnicos são promovidos pela rede pública. Atualmente são cerca de 400.000 matrículas de ensino técnico. Já 40% dos cursos são ofertados no âmbito da rede privada e Sistema S. O Senhor Ariosto Culau mencionou também que boa parte do crescimento do ensino federal também se deu no ensino de graduação. Assim, o ensino federal abrange um total de cerca de 900.000 matrículas em todas as modalidades, incluindo também ensino de pós-graduação e cursos FIC (Formação Inicial e Continuada). O senhor Ariosto ponderou que o grande desafio para o ano de 2020 é a execução das atividades educacionais no período da Covid-19. Mencionou a MP 942, de 2020, que disponibilizou recursos para os institutos federais. No site do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) podem ser verificadas as atividades desenvolvidas pelos Institutos Federais com esses recursos. O Senhor Ariosto falou sobre o desafio que é a execução de atividades educacionais remotas. Nesse contexto,

o Ministério da Educação lançou um painel com as instituições que estão desenvolvendo atividades educacionais remotas. No total são apenas 13 (treze) instituições federais, ou seja, há uma necessidade de ampliação dessa capacidade. Entretanto, até o final de julho, está previsto que 20 instituições ofertarão atividades remotas. Um dos maiores problemas, porém, é a conectividade dos alunos de baixa renda. O Senhor Ariosto mencionou que o Ministério da Educação firmou parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e que o foco do Ministério é promover uma contratação de pacote de dados. Trata-se de um modelo em que a RNP adquire um volume grande de dados e esses pacotes são distribuídos às instituições que farão o gerenciamento junto aos alunos em situação de vulnerabilidade. A meta é atingir, dependendo do que for conseguido com o processo licitatório, 400 a 900 mil alunos. Outro ponto abordado foi a política de fomento. O principal instrumento é a bolsa formação, Pronatec, que desde 2011 até 2019 executou em torno de 24 bilhões de reais, mas pode ser considerado pouco efetivo em relação aos resultados. Isso sob o ponto de vista de oferta de matrículas. Considerou que houve diversos problemas decorrentes desse programa, principalmente junto aos órgãos de controle. Assim, ao longo do ano de 2019, o Senhor Ariosto relatou que foram trabalhados diversos aspectos relacionados à melhoria da Governança do Pronatec. O primeiro passo foi a repactuação. Relata que havia um valor em torno de 500 milhões de reais parados nas contas estaduais, ou seja, recursos já transferidos pelo programa, mas que não representavam a oferta de mais vagas para formação profissional e técnica. Essa repactuação gerou 67 mil vagas desde outubro de 2019. Entretanto, diante desse contexto de Covid, foi feito um esforço para que essas vagas já pactuadas pudessem ser realizadas na modalidade à distância. Assim, cerca de 30 mil vagas passaram para esse novo formato. O Senhor Ariosto também mencionou que foi feita uma repactuação com a rede federal em 2020 que possibilitou a oferta de 179 mil vagas de cursos de curta duração e cursos FIC na modalidade à distância. Isso envolveu 40 instituições federais e universidades. Tal medida viabilizou a redução do custo hora/aluno que era de R\$4,50 no âmbito do Pronatec para aproximadamente R\$ 2,20 na média após a repactuação. Assim, a capacidade de execução foi dobrada nessa nova pactuação que foi feita pela rede federal que foi chamada de “esforço Covid”.

O último a fazer sua apresentação foi o Senhor Ademar Batista Pereira. Iniciou sua fala mencionando que as escolas privadas atendem atualmente 15 milhões de alunos, sendo 6 milhões na educação superior e 9 milhões no ensino básico. Além disso, são 1 milhão e 700 mil empregos diretos. Mencionou que se o Governo disponibilizasse o mesmo produto ofertado pelas escolas particulares gastaria algo em torno de 225 bilhões de reais por ano. O Senhor Ademar Batista também ponderou que a crise tem afetado primordialmente as escolas de Educação Infantil. Isso porque na faixa etária de zero a três anos, praticamente todos os contratos foram perdidos. No total estimou cerca de um milhão e meio de contratos. Assim, as escolas pequenas perderam a receita para este ano. No próximo ano, se nada for feito, uma média de 70% das escolas de educação infantil terá que fechar, e o setor público não tem como acolher essas crianças. Muitos pais precisam das escolas para que possam trabalhar. Em sua apresentação, o convidado ponderou também sobre a dificuldade em conseguir crédito nas instituições bancárias, pois são muitas exigências que dificultam o processo. O Senhor Ademar também mencionou uma crise importante no ensino superior. Isso porque a maioria dos alunos trabalham durante o dia e estudam à noite. Muitos deles perderam seus empregos, estágios e então fizeram trancamento das disciplinas. Ao final, considerou que diante dessa crise não há margem para aumento de carga tributária como o aumento do PIS e COFINS que está sendo discutido no âmbito da reforma tributária.

No dia 21 de julho, a Comissão Mista realizou Audiência Pública Interativa com o escopo de debater o panorama geral quanto às ações e impactos das medidas relacionadas ao Coronavírus (Covid-19) – situação fiscal, repasses e execução

orçamentária e financeira de apoio aos estados. Participaram dessa reunião os Senhores Renê de Oliveira Garcia Júnior, Secretário de Estado da Fazenda do Paraná; Rafael Tajra Fonteles, Secretário de Estado da Fazenda do Piauí e Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); Henrique de Campos Meirelles, Secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo; e a Senhora Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Secretária de Estado da Economia de Goiás.

O primeiro a falar foi o Sr. Rafael Tajra Fonteles. Suas contribuições principais foram:

- A perda de arrecadação dos Estados durante a crise, nos meses de março, abril e maio, foi da ordem de 18%, em média;
- Apesar da retomada das atividades, houve uma alteração no comportamento dos consumidores que deverá afetar negativamente a atividade econômica e a arrecadação até o final do ano. Isso tem que ser levado em consideração pelo Governo Federal quando se discutir o auxílio financeiro aos Estados;
- Deve-se levar em consideração que apesar de se comparar os dados com 2019 para as recomposições de arrecadação, os Estados trabalham com um orçamento aprovado para 2020 que previa um aumento de arrecadação. Logo, o déficit é ainda maior do que o aparente, especialmente porque grande parte do orçamento é de despesas obrigatórias;
- É um equívoco incluir na conta dos diversos auxílios do Governo Federal o apoio ao setor de saúde, já que as despesas são muito maiores do que a ajuda Federal e que têm que ser complementadas em grande parte pelo orçamento local;
- Outro equívoco é falar que houve suspensão total de todas as dívidas. Apenas as dívidas com Caixa e BNDES, além de algumas com o BB foram postergadas. As dívidas com organismos internacionais não se confirmaram em função do veto ao §6º, do art. 4º da LC nº 173, de 2020. Vários Estados já estavam com as dívidas postergadas em função do Regime de Recuperação Fiscal ou de decisões judiciais anteriores à pandemia. Em outras palavras, não houve a injeção de recursos na Economia;
- É necessário que entre na pauta a suspensão do pagamento da dívida com precatórios e a ampliação do prazo. Além disso, os precatórios alimentares devem também entrar na pauta;
- Houve o apelo para que a recomposição do FPE e FPM fosse estendida até o final do ano;
- A segurança jurídica dos gestores é um desafio que vem de certo tempo. Tanto no momento atual quanto há algum tempo já havia um processo no País de aumento dessas exigências e desse, digamos assim, receio do gestor, porque ele convive com servidores abaixo dele, todos com muito receio de assinar qualquer papel, exatamente temendo complicações, porque não basta só fazer a coisa correta, tem que parecer tudo correto. E, neste momento de contratos emergenciais e dispensa de licitação, isso realmente fica muito trabalhoso. Ele passa mais de um terço do seu tempo apenas com a prestação de contas, apenas respondendo ofícios do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Assembleia. Não se discute a necessidade, mas a sobrecarga gerada na prestação de contas que é grande e vem se tornando cada vez maior, levando receio também aos servidores de carreira. Por isso, eu creio, sim, que há uma implicação muito grande na velocidade das ações, na velocidade das respostas a uma crise desse tamanho;
- O que o Piauí tem feito para mitigar o problema é um diálogo quase semanal com membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado exatamente para amenizar essa questão das contratações, das compras, dos pagamentos, e evitar um problema maior. Mas, de fato, essa é uma questão que

precisa ser aprofundada. A gestão, por um lado, tem que ter controle, obviamente, mas, por outro, tem que ter agilidade e eficiência. Então, hoje, há realmente um tempo enorme que os gestores públicos dedicam a isso, em especial os da Fazenda e da Saúde;

- No caso do Piauí, a não suspensão das dívidas internacionais é um problema para o Estado.

O segundo a falar foi o Sr. Renê de Oliveira Garcia Júnior. Os principais aspectos abordados foram:

- Apesar do país ser uma federação, os impactos da crise nos estados são diferentes, na medida em que a distribuição da produção econômica não é uniforme (agricultura, produtores minerais, indústria, comércio, serviços, etc.). Não é só uma questão de renda, mas de distribuição da produção;
- O suporte da União não é uma ajuda, mas sim um ato de solidariedade federativa, já que a União tem a obrigação de defender a Federação. A atuação do Congresso foi no sentido de defender a integridade federativa;
- A Região Sul tem características diferenciadas com relação ao resto do país. No Paraná, por exemplo, a agricultura e o agronegócio têm importância de 30% do PIB, enquanto a Indústria representa 35% e o resto são os serviços;
- O Paraná teve perda de arrecadação de R\$ 1,7 bilhão só de ICMS em abril, maio e junho. Para a Região Sul, a perda pode chegar a R\$ 3,7 bilhões;
- Como a Covid-19 está chegando agora na Região Sul, o seu impacto mais forte pode ser em agosto ou setembro;
- A crise econômica pode ser mais longa em função da crise de confiança, já que existe muita incerteza nas pessoas;
- Estimativas de que 25% a 30% das empresas não consigam superar os efeitos da crise. Isso pode trazer uma redução do PIB potencial da ordem de 5% a 6%;
- Dados do IBRE mostram uma queda de 12% a 14% do hiato do produto o que é um valor elevado o que nos leva a crer que a recuperação será lenta;
- A aprovação do Auxílio Emergencial foi importante para suprir uma lacuna social, mas também para ajudar na atividade econômica;
- Há a necessidade de ampliar o crédito ao setor privado;
- Haverá uma perda que poderá ser definitiva para os Estados. Como eles acumularão mais dívidas e vai haver uma queda estrutural das receitas, poderá haver uma perda da qualidade dos serviços dos Estados;
- A questão das bases tributárias do comércio eletrônico é uma discussão relevante e que deve ser conduzida;
- Deve-se lembrar de que há uma grande quantidade de municípios que estão atravessando uma crise fiscal relevante e que precisam ser olhados com atenção;
- Há uma necessidade de segurar, por um tempo, a concessão de benefícios fiscais por parte dos entes federados. Em função das assimetrias, a discussão pode confundir a cabeça dos investidores;
- Há a necessidade de se congelar a metodologia de cálculo da capacidade de pagamento pelos Estados durante o período da pandemia. Parece equivocado utilizar metodologias adequadas ao passado quando estamos vivendo uma situação *sui generis*;
- A situação dos Estados só vai ser resolvida com uma grande reflexão sobre o pacto federativo, sobre a distribuição de funções entre os entes federativos, com uma reforma tributária que venha, de fato, a mudar o perfil de arrecadação;
- O Paraná aprovou um ajuste fiscal e um grande projeto de reestruturação do Estado. Aprovaram a reforma da previdência, a Lei da Terceirização e isso levou o Estado a entrar em 2020 com um pouco mais de folga orçamentária;

- Além do PLP 133 e além do Plano Mansueto, que era o antigo 149, há também a securitização da dívida ativa, que deveria ser colocada também nesta cesta de itens que podem ser aprovados rapidamente e que vão ajudar os Estados e os Municípios.

A terceira a se pronunciar foi a Sra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. Suas contribuições foram:

- Goiás fez um trabalho exemplar de consolidação fiscal. Foi o primeiro a aprovar uma reforma previdenciária. Fizeram a reforma do estatuto do Servidor e do Magistério. Desfizeram diversas vinculações no orçamento e acabaram com alguns fundos. Diminuíram em 10% os incentivos fiscais e geraram algum caixa adicional;
- Em Goiás, 87% são destinados a gastos com pessoal. Com outras dívidas e precatórios, esse valor sobe para 98%, o que leva a uma despesa discricionária de apenas 2%;
- O investimento total do Estado em 2019 foi de apenas R\$ 360 milhões em função dos gastos com pessoal. Isso mostra que se a reforma administrativa não foi endereçada adequadamente, o problema da folha com ativos e inativos será de difícil solução;
- Não há farra fiscal dos Estados em função da perda nominal da arrecadação total da ordem de 5%;
- A crítica de que os recursos federais estariam indo para pagar a folha dos servidores é injusta. Trata-se de um comando constitucional, já que a demissão de servidores é muito difícil e a redução das horas trabalhadas e do salário não são autorizadas. Se não tivesse havido a suspensão da dívida pelo STF, o Estado estaria em uma situação muito crítica;
- O problema dos servidores também é crítico na medida em que há pressões por aumentos salariais, mesmo considerando a falta de capacidade de caixa do Estado. Cabe recordar que os aumentos ocorrem por causa de progressões e promoções;
- A reforma da previdência dos militares foi negativa para Goiás porque serviu de parâmetro para as demandas por concessão de benefícios para os policiais militares do Estado;
- Outra questão foi o aumento do piso do magistério, que teve elevação considerável em 2019, e que compromete a capacidade dos Estados em honrar com a despesa;
- Três pontos seriam prioritários na pauta do Congresso. Além do PLP 133 e o antigo Plano Mansueto, há também a securitização da dívida ativa, que também deveria ser colocada nesta cesta de itens que podem ser aprovados rapidamente e que vão ajudar os Estados e os Municípios;
- A lei federal das Forças Armadas, a 13.954, prejudicou a reforma da previdência implementada em Goiás porque gerou um aumento no salário efetivo desses servidores, tanto do policial militar quanto do bombeiro.
- Outro exemplo de atuação Federal com repercussão estadual foi o piso do magistério, em função do qual, no ano passado, foi dado um aumento de 12%, sendo que a inflação foi muito menor.

O último a se manifestar foi o Sr. Henrique de Campos Meirelles. Suas principais colocações foram:

- O Estado de São Paulo, através de uma série de reformas, uma série de medidas muito incisivas de promoção do emprego, do crescimento, e ações muito específicas, cresceu, durante do ano de 2019, a uma taxa acelerada substancialmente superior à evolução do PIB medido pelo IBGE. Segundo o Banco Central, o crescimento do Estado de São Paulo em 2019 foi cerca de

- 2,8%, que é um crescimento robusto para aquele ano em que a média estava ao redor de 1%;
- A pandemia promove uma diferença muito grande em relação às crises anteriores no Brasil. A crise de 2008 era uma crise fundamentalmente de crédito externo, que se refletia no Brasil com um colapso da atividade nos últimos dois meses de 2008 (queda de 20%), com uma rápida recuperação em função do diagnóstico e dos instrumentos de ação corretos. Em 2015 e 2016, o país enfrentou de novo uma crise muito forte. O Brasil chegou, num período de 12 meses, a ter uma queda de 5,2% do PIB, uma queda brutal em um ano, maio de 2015 a maio de 2016, uma crise que, até aquele momento, foi a maior crise da história recente da humanidade de um país que não estava em guerra. Isso é importante. Se está em guerra, é diferente, porque há bombardeios e outros eventos que destroem o parque produtivo, por exemplo. Entre os países que não estavam em guerra, o Brasil teve o maior decréscimo de PIB num período de 12 meses. Saímos e chegamos ao final de 2017 crescendo mais de 2%, também num período de 12 meses, ponta a ponta, com uma média que girou ao redor de 1%. Depois, com a eleição de 2018, com incertezas, com a greve de caminhoneiros, e outras situações, isso se estabilizou num patamar de 1%, que também foi o caso para 2019. Esperava-se que o Brasil crescesse mais, de fato, durante o ano de 2020, graças a diversas medidas tomadas, como a aprovação da reforma da previdência, que foi algo muito importante. Entretanto, infelizmente, veio a crise econômica e sanitária em decorrência da Covid-19. Essa é uma crise nova, porque a última pandemia que o mundo enfrentou foi a da gripe espanhola há um século, em 1918;
 - Ainda não há como prever os desdobramentos da pandemia. A saída da crise depende da evolução da doença. Não adianta dizer que o combate à pandemia é o que traz o problema econômico. O país está em uma pandemia e, em consequência disso, temos uma crise econômica por todas as razões. Principalmente pela proteção da vida, seja a proteção organizada pelo Estado, seja a autoproteção tomada pelo próprio indivíduo.
 - Com relação à Lei Complementar nº 173, de 2020, a perda tributária total esperada para 2020 de São Paulo foi de R\$19,7 bilhões. Somente a perda de maio foi de praticamente 4 bilhões no mês. O repasse da LC 173, de 2020, representa uns 40% desse montante;
 - Com relação à dívida, SP já tinha conseguido uma liminar para suspender o pagamento das dívidas com a União, quando veio a 173, com a suspensão de pagamento de dívidas. O fato é que a suspensão do pagamento das dívidas soma cerca de R\$3 bilhões, que, juntamente com o repasse federal, permite um equilíbrio das contas do ano de 2020;
 - Com relação às reformas estruturais, a reforma da previdência de São Paulo foi muito importante e fundamental. Ademais, foram feitas outras reformas, como, por exemplo, no serviço público. Essas medidas garantem uma compressão dos dispêndios do Estado. Em última análise, racionalizam as despesas, reestruturando os diversos órgãos e adquirindo a maior eficiência possível;
 - Foi aprovado pelo Congresso o "orçamento de guerra". Há um item no "orçamento de guerra" que é muito importante, que é a autorização para o Banco Central comprar carteiras de créditos dos bancos ou comprar títulos de créditos no mercado. Isso é fundamental, porque as pequenas empresas estão tendo dificuldade para obter crédito. A questão aí está principalmente nos bancos, isto é, no mercado financeiro, porque, com as empresas mais vulneráveis, com as vendas caindo, a situação fica bastante difícil, e o banco fica com medo de prejudicar o seu próprio balanço e ter uma crise bancária. Como é que nós podemos sair desse problema? É uma ação do Banco Central de exercer os seus direitos dados pelo "orçamento de guerra" e começar a comprar, de fato,

essas carteiras, como está sendo feito pelo Banco Central americano, pelo Banco Central europeu e por outros;

- A solução definitiva para Estados e Municípios e para toda a questão fiscal passa pela Reforma Tributária, em especial ICMS e ISS. É importante que o substitutivo apresentado por Estados e Municípios seja considerado. O pacto federativo começa a ser aperfeiçoado deste ponto;
- O país precisa voltar a atenção à saúde, e para isso é fundamental a questão da Sabesp. A Sabesp é a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo. Um dos maiores problemas que todos os Estado brasileiros têm é a questão do saneamento e os efeitos disso na saúde. Nós temos pequenas pandemias regionais em todo o País – é certo que não têm os efeitos dessa pandemia global causada por um vírus –, mas que são questões relacionadas à saúde pública, relacionadas ao saneamento e às condições de vida. Para isso é fundamental um aporte maciço de capital para o saneamento, porque não é possível fazer com o orçamento público, seja para os Estados, seja para o Governo Federal, seja para os Municípios. É muito importante que nós criemos condições para aporte de recursos do setor privado e também do setor público, mas principal e fundamentalmente do setor privado nacional e internacional.
- Com relação à possibilidade de acesso do país ao mercado internacional de capitais para financiar essas obras, se o mercado for se recuperando, a ação dos principais bancos centrais do mundo de injetar recursos nos mercados eleva a liquidez internacional, de forma que existem recursos no mundo todo procurando investimentos. Existe uma possibilidade muito grande de atrairmos recursos para investimentos e saneamento nas quantidades necessárias. Nós temos aí uma estimativa de R\$700 bilhões, total de investimentos necessário para o País, e, para o Estado de São Paulo – vamos supor, proporcionalmente, que seja aí até um pouco menos – a necessidade será de R\$70 bilhões, R\$80 bilhões, e existe disponibilidade de recursos no mercado internacional para isso. Como atrair essas verbas? Em primeiro lugar, é necessário garantir a segurança jurídica, e, em segundo lugar, a divulgação. Além disso, a partir do próximo ano, um programa intenso de viagens para o mundo todo, trazendo investimentos para o Brasil e para São Paulo.

Sub-Relatoria do Ministério da Saúde

1.1 DADOS CONSOLIDADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

Síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade

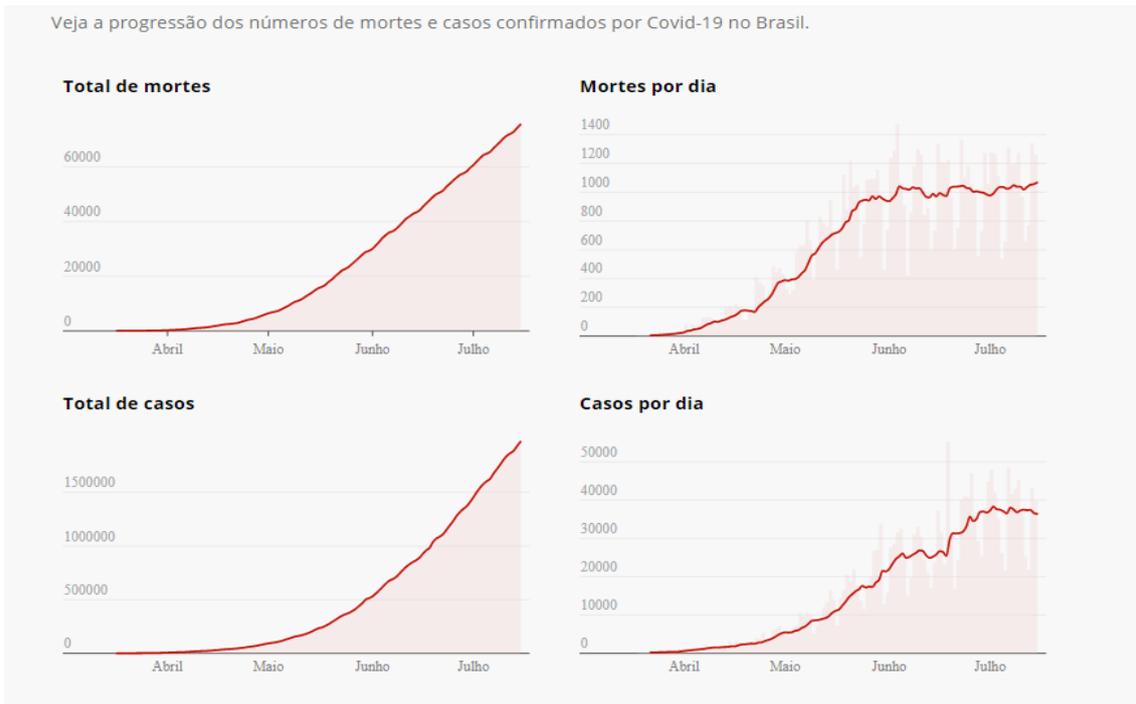
Pesquise uma localidade

Brasil

	Casos	Óbitos	Incidência/100mil hab.	Mortalidade/100mil hab	Atualização
▼ Brasil	2.227.514	82.771	1060,0	39,4	22/07 18:50
> Centro-Oeste	192.746	4.079	1182,7	25,0	22/07 18:50
> Sul	172.556	3.648	575,6	12,2	22/07 18:50
> Norte	366.457	11.302	1988,3	61,3	22/07 18:50
> Nordeste	735.257	26.296	1288,3	46,1	22/07 18:50
> Sudeste	760.498	37.446	860,6	42,4	22/07 18:50

Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2020

1.2 INFORMAÇÕES DIVULGADAS PELA IMPRENSA:



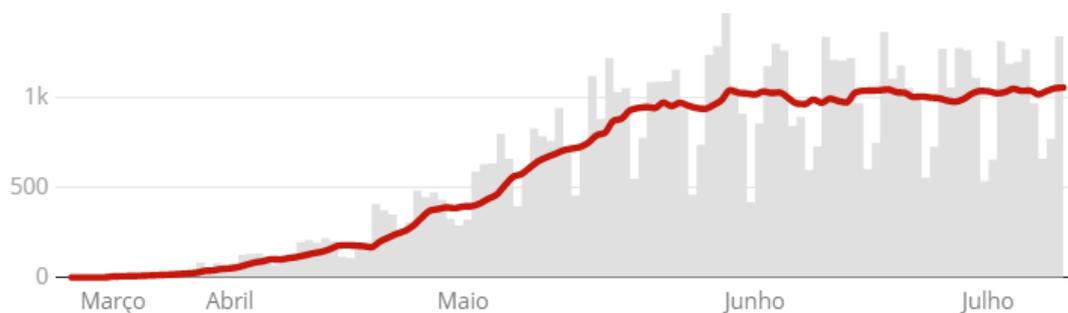
1.2.1 – De 9 a 15 de julho de 2020:

O Brasil se mantém em segundo lugar no número de casos (1.966.748), liderado por EUA¹ com 3.478.017.

Em 13 de julho a Organização Mundial da Saúde (OMS) registrou um novo recorde global no número de casos confirmados de coronavírus em um período de 24 horas, superando 230 mil. Estados Unidos, Brasil, Índia, nessa ordem, puxaram a alta².

Mortes por Covid-19 por dia no Brasil

Total de mortes por dia em barras



Fonte: Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados da secretarias estaduais de saúde

1.2.2 – De 16 a 22 de julho de 2020:

¹ Fonte: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

² Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53392413>

Brasil registrou 2.227.514 casos acumulados e 82.771 óbitos por Covid-19, até 21 de julho, conforme divulgação do Portal <https://covid.saude.gov.br/>.

Foi publicado no Diário Oficial da União³ de 21 de julho de 2020, Portaria nº 1.792, de 17 de julho de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnóstico para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território nacional.

1.2.3 – Vacinas:

No dia 13 de julho de 2020 o Instituto Butantan abriu a plataforma de inscrição e triagem para quem desejar participar dos testes da Coronavac, desenvolvida em parceria com o laboratório Chinês Sinovac. Na madrugada do dia 20 de julho de 2020 chegou ao Brasil o carregamento da vacina chinesa. A aplicação será iniciada dia 21 de julho de 2020. Cerca de 9 mil profissionais da saúde devem participar da fase de testes⁴.

A vacina contra a Covid-19, desenvolvida pela Universidade de Oxford⁵, do Reino Unido, e testada no Brasil, segundo a Sra. Soraia Smali, Reitora da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, poderá finalizar seus testes em humanos em setembro e ter o seu registro liberado em junho de 2021.

A empresa de biotecnologia dos Estados Unidos Moderna noticiou que entrará na fase final de seus testes em humanos para a vacina COVID-19 em 27 de julho de 2020⁶.

1.3. ATIVIDADES IMPORTANTES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

1.3.1. Brasil conta com 9,2 mil leitos de UTI habilitados para Covid-19

Os hospitais de referência do Sistema Único de Saúde (SUS) contam com 9.201 leitos de UTI habilitados pelo Governo do Brasil para tratar exclusivamente de pacientes graves ou gravíssimos com Covid-19. Do total, 247 deles são de UTI pediátrica. Ao todo, o Ministério da Saúde fez um aporte na ordem de R\$ 1,3 bilhão, pago em parcela única, para estados e municípios custearem esses leitos pelos próximos 90 dias ou enquanto houver necessidade, em decorrência da pandemia.

³ <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.792-de-17-de-julho-de-2020-267730859>

⁴ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/20/vacina-chinesa-contra-covid-19-deve-ser-aplicada-em-profissionais-de-saude-voluntarios-a-partir-desta-terca-diz-governo-de-sp.ghtml>

⁵ Fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/15/vacina-contra-covid-19-testada-no-brasil-pode-ter-registro-liberado-em-junho-de-2021-diz-reitora-da-unifesp.ghtml>

⁶ Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2020/07/14/interna_ciencia_saude.872145/apos-promessa-russa-eua-anunciam-vacina-para-covid-em-fase-final.shtml

1.3.2. Terras indígenas de Roraima recebem 3,9 mil atendimentos e 4 toneladas de insumos médicos.

A missão de reforço no combate à Covid-19 em populações indígenas do estado de Roraima chegou ao fim após cinco dias de atendimentos nas aldeias Yanomami e Raposa Serra do Sol. Equipes do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Defesa e da Fundação Nacional do Índio (Funai) levaram atendimento médico e insumos às comunidades das áreas de fronteira do país.

No total, foram realizados 3.858 atendimentos médicos entre a população indígena durante a ação. Também foram entregues cerca de quatro mil toneladas de insumos, entre máscaras, luvas, testes para Covid-19, medicamentos, entre outros. As comunidades atendidas foram Auaris, Waikás, Surucucu, Maturuca, Ticoça e Flexal que, juntas, possuem mais de 9,5 mil indígenas atendidos pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) Yanomami e Leste de Roraima.

3.3. Ministério da Saúde credencia Centros para enfrentamento da Covid-19 em favelas

O Ministério da Saúde credenciou 57 Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19 em 19 cidades com favelas ou comunidades. As estruturas reforçam a assistência à população no Sistema Único de Saúde (SUS) durante a pandemia, com a identificação e tratamento precoce de casos leves da doença. O incentivo total é de R\$ 29,9 milhões.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47212-saude-credencia-centros-para-enfrentamento-da-covid-19-em-favelas>

1.3.4. Mais de 183 milhões de Equipamentos de Proteção Individual distribuídos pelo Governo do Brasil

Para garantir a proteção dos profissionais de saúde que atuam na linha de frente do enfrentamento à Covid-19, o Ministério da Saúde já distribuiu 183,4 milhões de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para todo o país. Entre os itens estão máscaras, aventais, óculos e protetores faciais, toucas, sapatilhas, luvas e álcool. As entregas representam mais um, entre diversos esforços do Governo do Brasil, para auxiliar e reforçar as redes de saúde dos estados e municípios no combate a pandemia da Covid-19.

Ao todo, o Ministério da Saúde já entregou aos estados 564,2 mil litros de álcool; 3,1 milhões de aventais; 36,9 milhões de luvas; 8,6 milhões de máscaras N95; 114,9 milhões de máscaras cirúrgicas; 1,8 milhão de óculos e protetores faciais; e 17,1 milhões de toucas e sapatilhas. Os materiais foram entregues para as Secretarias Estaduais de Saúde, responsáveis por definir quais os serviços de saúde vão recebê-los, a partir de um planejamento local.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47219-mais-de-183-milhoes-de-equipamentos-de-protecao-individual-distribuidos-pelo-governo-do-brasil>

1.4. PROJETOS APROVADOS NA ÁREA DA SAÚDE:

Na Sessão de 14 de julho de 2020, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 1826/2020 (Autoria: Dep. Reginaldo Lopes - PT/MG e Dep. Fernanda Melchionna - PSOL/RS, Relatoria: Dep. Mauro Nazif - PSB/RO). A proposição estabelece compensação financeira para profissionais e trabalhadores de saúde em razão de incapacidade ou morte por Covid19.

Na Sessão de 22 de julho de 2020, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a MPV 942/2020 (Relatoria: Dep. General Peternelli - PSL/SP). A proposição abre crédito extraordinário para enfrentamento do Coronavírus. Ao todo, foram aprovados R\$ 639 milhões para ações na pandemia.

1.5. PROPOSTAS

Conforme visto, ocorreu, uma vez mais, o repasse de recursos da União para os demais entes federativos. Ademais, foram aprovados, pela Câmara, mais R\$ 639 milhões para ações na pandemia.

Assim, permanece a preocupação com o controle e o acompanhamento desses valores. Nesse contexto, a ampliação do sistema SIAFI, que poderia abarcar todos os níveis da federação (SIAFI-NACIONAL), se mostra importante.

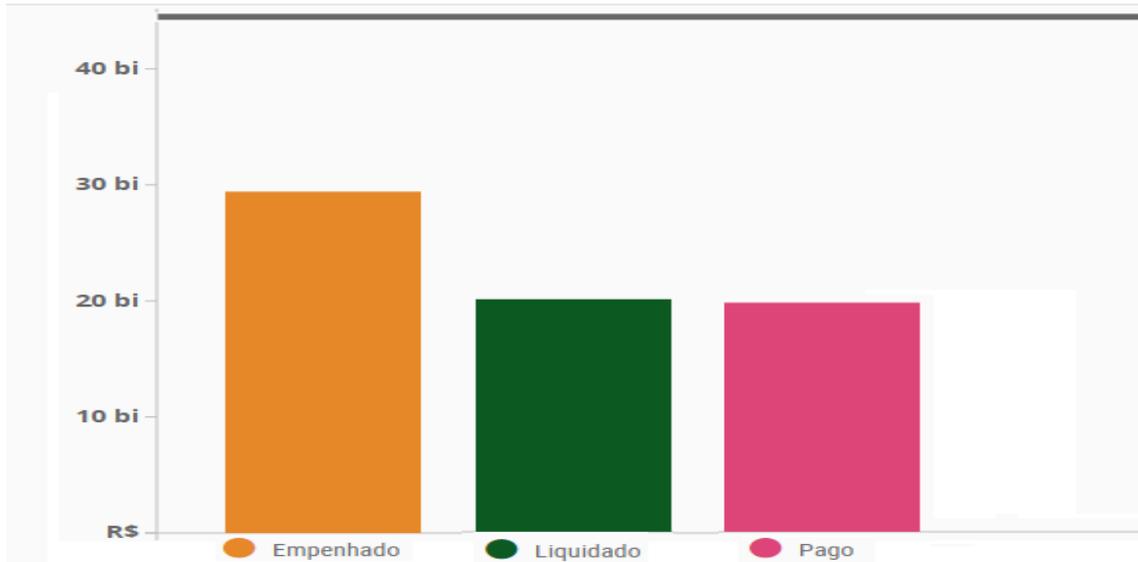
Não se desconhece o entendimento de que a verba federal repassada aos Estados passa a ser de competência deste último ente federativo. Porém, o que se está a propor é, tão somente, a possibilidade de acompanhamento da destinação dos valores. Tudo em respeito ao Postulado da Transferência.

Em relação ofícios n.ºs 023 e 044/2020/CN-COVID19, o Ministério da Saúde respondeu que os referidos documentos estão tramitando na SAES daquele órgão. Foi solicitada prioridade e urgência na resposta.

Conforme destacado pela Instituição Fiscal Independente – IFI, em audiência pública realizada dia 14 de julho de 2020 na Comissão Mista da COVID-19, há uma preocupação quanto à baixa execução dos recursos previstos para a saúde na Ação 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Decorrente. Dados de 22 de julho de 2020 do portal Transparência do Governo Federal⁷ revelam que dos 44,8 bilhões previstos, apenas 19,99 bilhões foram efetivamente executados.

⁷ Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-e-acoas/acao/21C0-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-coronavirus>

Execução das despesas da ação no ano corrente



É importante destacar que o Congresso aprovou a PEC 10/2020, que resultou na promulgação da Emenda Constitucional n.º 106 de 07 de maio de 2020, a qual autorizou, com o propósito exclusivo de enfrentamento do contexto da calamidade pública, a adoção de processos simplificados de contratação de pessoal, em caráter temporário e emergencial, e de obras, serviços e compras, ou seja, permite certa flexibilidade em relação aos processos tradicionais. Nesse sentido, sugerimos que o Ministério da Saúde esclareça os motivos e entraves que estejam gerando a baixa execução desses recursos.

Registramos, ainda, na Reunião da CN-COVID-19 de 14 de julho, a Sugestão da Deputada Rejane Dias – PT/PI, quanto à compra de insumos na área da saúde por parte dos entes subnacionais, de que o Ministério da Saúde adote uma ata de registro de preços, como ferramenta de auxílio aos Estados e Municípios, o que evitaria distorções e fraudes.

Reiteramos que até a presente data não consta, entre os documentos recebidos por essa Comissão, resposta aos ofícios n.ºs 023 e 044/2020/CN-COVID19, o que demonstra a necessidade dessa Sub-Relatoria renovar a interlocução junto ao Ministério da Saúde, no intuito de viabilizar o atendimento das informações demandadas.

1.6. CONCLUSÃO

Embora o Ministério da Saúde tenha atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus, permanece a necessidade de ampliação e de aprimoramento da interlocução entre o Governo Federal e os Entes Federados, em prol do enfrentamento da crise provocada pela COVID-19. A ampliação do sistema SIAFI ajudaria a resolver essa questão.

Ressalta-se, também, a boa relação entre o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais de Saúde, demonstrada pelo diálogo para entrega de 183 milhões de Equipamentos de Proteção Individual.

Quanto aos investimentos públicos da área, é importante atentar ao fato de que, apesar da previsão orçamentária de 44,8 bilhões para a saúde na Ação 21C0, até o momento, apenas 19,99 bilhões foram executados, o que demonstra a necessidade de averiguação e reavaliação, por parte do Ministério da Saúde, para que o recurso chegue com eficácia às unidades federativas.

O Tribunal de Contas da União – TCU⁸, na Sessão de 22 de julho de 2020, decidiu que o Ministério da Saúde deverá explicar, no prazo de 15 dias, a estratégia de gastos no combate ao novo coronavírus. Segundo o Relator, Ministro Benjamin Zymler: “Apesar dos relevantes valores previstos para disponibilização a estados e municípios, observa-se a baixa execução financeira no tocante às transferências fundo a fundo, conforme a tabela a seguir”. Conforme tem sido feito, aguardamos o compartilhamento de dados do “Plano Especial de Acompanhamento das Ações de Combate à COVID-19” em andamento no Tribunal de Contas da União.

2. Sub-Relatoria do Sistema Financeiro e Crédito

2.1 Comentários:

No dia 16/7, foi publicada a Medida Provisória nº 992, de 2020, que cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE). A medida tenta liberar R\$ 120 bilhões de capital para empresas com até R\$ 300 milhões de faturamento anual, tendo como principal objetivo que os bancos emprestem aos pequenos negócios, conforme comunicado do Banco Central.

A MP permite que os bancos e instituições que fizerem empréstimos por essa nova linha de crédito poderão utilizar parte das suas perdas com essas operações em desconto no pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A linha de crédito não terá recursos diretos da União. Além disso a medida provisória possibilita que o mesmo bem do empresário possa ser dado como garantia para mais de uma operação de crédito. O bem imóvel poderá ser financiado até o valor já quitado do financiamento atual. Também não será necessário apresentar certidões de quitação de dívidas com o INSS para ter acesso ao crédito.

Ao anunciar a MP, conforme amplamente divulgado pela imprensa, em 17 de julho, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, admitiu que ainda existe um **“sentimento de não estar sendo atendido”**, entre as micros, pequenas e médias empresas, que sofrem mais com a análise de risco dos bancos. O crédito ainda não chegou aos pequenos e os programas de socorro até o momento não foram suficientes. Dados do BC, informam que somente R\$ 161,4 bilhões dos R\$ 715,6 bilhões que as instituições financeiras emprestaram durante a pandemia foram para as empresas menores. **“Muita coisa foi feita, mas sabemos que o crédito não chegou nas pequenas e médias empresas como nós queríamos”**, reconheceu o presidente Roberto.

A MP 992/2020 merece análise criteriosa e possíveis aperfeiçoamentos do Congresso Nacional e desta Comissão, há risco dos bancos aproveitarem esses benefícios fiscais e optarem em emprestar para empresas maiores, com as quais já

⁸ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/07/22/tcu-da-15-dias-para-ministerio-da-saude-explicar-demora-na-liberacao-de-recursos>

possuem relacionamento, haja vista que o valor de até R\$ 300 milhões é bem alto e dessa forma, os micros e pequenos empresários podem continuar sendo, novamente, preteridos.

Outro ponto que destacamos em nossos comentários, é que em menos de um mês os recursos da União aportados no Fundo Garantidor de Operações FGO, do BB, para garantir as linhas de crédito do Pronampe atingiram o seu limite.

Em resposta, o Plenário do Senado aprovou, no último dia 15 de julho, a Medida Provisória nº 944, de 2020, **autorizando a União aumentar sua participação no FGO, no âmbito do Pronampe, em R\$ 12 bilhões**. O Texto foi encaminhado à Câmara dos Deputados nesta segunda-feira (20).

Ainda, em favor das microempresas o Plenário aprovou a Emenda 266, do Senador Esperidião Amin, para que os microempreendedores e as microempresas possam se beneficiar do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), corrigindo o texto original que excluiu as pessoas com receita bruta anual menor que R\$ 360 mil. A emenda também possibilita a destinação dos recursos livremente e a participação das *fintechs* e das organizações sociais de interesse público de crédito como possíveis agentes operadores do Programa.

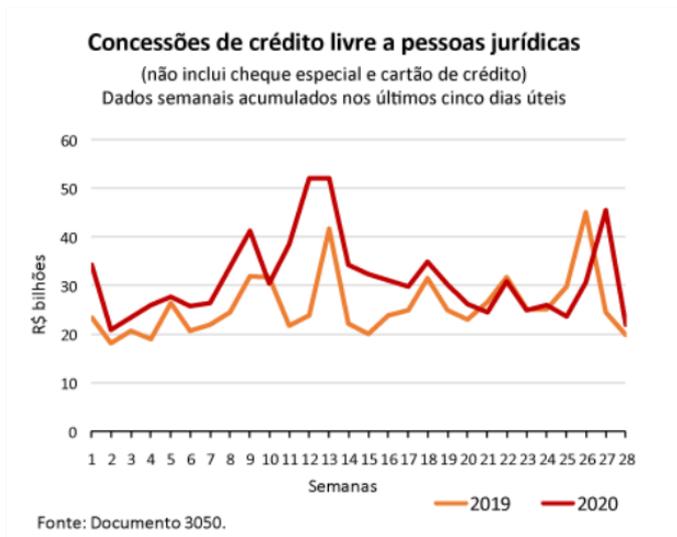
No dia 22/7, a Caixa Econômica Federal anunciou a prorrogação por mais dois meses nas prestações dos programas da casa própria. Antes, o prazo era de 120 dias, quem já solicitou a pausa temporária poderá pedir a prorrogação por mais 60 dias. A medida também atende as pessoas jurídicas, nesse caso, a pausa é válida para financiamentos à produção de empreendimentos e para aquisição e construção de imóveis comerciais. Consideramos a iniciativa importante nesse momento de pandemia.

2.2 Concessão de Crédito Livre Pessoa Física e Pessoa Jurídica

De acordo com o BC, a concessão de crédito livre a pessoas jurídicas em 2020 manteve-se em patamares superiores ao observado no mesmo período de 2019. Assim, até a 28ª semana de 2020, ou seja, da primeira semana útil de 2020 **até a semana de 06 de julho a 10 de julho**, foram liberados R\$ 878,2 bilhões. Ao passo que, até a 28ª semana de 2019, foram liberados R\$ 723,2 bilhões. Um aumento de 21,4%.

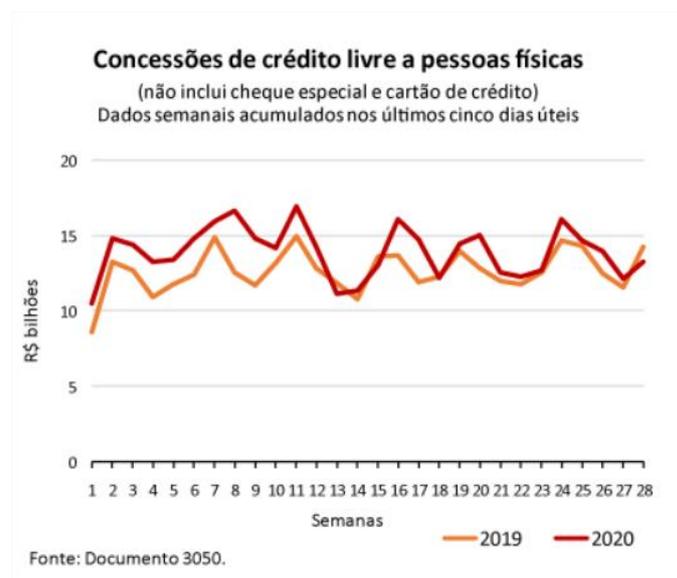
Para as pessoas físicas, até a 28ª semana de 2020, foram liberados R\$ 389,4 bilhões, ante R\$ 354,4 bilhões para o mesmo período de 2019. Um aumento de 9,8%.

Ao todo, o crédito livre para as pessoas físicas e jurídicas até a 28ª semana de 2020 alcançou R\$ 1.267,6 bilhão, ante R\$ 1.077,6 bilhão em 2019. Um aumento de 17,6%. (www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19)



CONCESSÕES SEMANAIS – PESSOAS JURÍDICAS
R\$ bilhões

Semana	2019	2020
1	23,4	34,2
2	18,1	20,9
3	20,6	23,4
4	18,9	26,0
5	26,4	27,5
6	20,7	25,7
7	21,9	26,4
8	24,5	33,8
9	32,0	41,2
10	31,8	30,4
11	21,8	38,4
12	23,9	52,0
13	41,6	52,1
14	22,2	34,2
15	20,1	32,3
16	23,9	31,0
17	24,9	29,8
18	31,5	34,8
19	24,8	30,1
20	23,0	26,3
21	26,6	24,4
22	31,6	30,8
23	25,0	24,9
24	25,0	26,0
25	29,7	23,6
26	45,1	30,6
27	24,5	45,5
28	19,7	21,9



CONCESSÕES SEMANAIS – PESSOAS FÍSICAS
R\$ bilhões

Semana	2019	2020
1	8,6	10,5
2	13,3	14,8
3	12,7	14,4
4	10,9	13,2
5	11,8	13,4
6	12,4	14,8
7	14,9	15,9
8	12,6	16,6
9	11,7	14,8
10	13,2	14,2
11	15,0	16,9
12	12,8	14,3
13	11,9	11,1
14	10,8	11,4
15	13,6	13,0
16	13,7	16,1
17	11,9	14,7
18	12,3	12,2
19	14,0	14,5
20	12,8	15,0
21	12,0	12,5
22	11,7	12,2
23	12,5	12,7
24	14,7	16,1
25	14,3	14,7
26	12,5	14,0
27	11,6	12,1
28	14,2	13,3

Contratações por Porte de Empresas e de Instituições Financeiras

O quadro abaixo mostra que as novas concessões têm sido ofertadas por todos os tipos de instituições, desde o segmento S1 (grandes bancos) até S4/S5 (pequenas instituições, incluindo cooperativas de crédito), e que o crédito tem chegado a empresas de todos os portes e às pessoas físicas.

Dados acumulados de 16/03 a 10/07/2020

Conglomerados	Novas contratações				Renovações				Prorrogações à luz das novas normas		
	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Contratos	Valor das Operações	Valor Parcelas
S1	244.113	53.470	64.052	163.065	89.296	35.623	34.477	97.201	10.792.708	539.381	69.832
S2	45.419	7.323	1.501	17.965	4.028	450	88	199	1.133.739	150.802	10.187
S3	44.412	14.775	3.202	24.308	12.461	2.414	1.228	6.209	219.487	21.763	7.121
S4	11.139	8.807	1.972	6.616	1.883	3.314	207	3.529	156.495	11.852	3.890
Cooperativas	2.100	12.306	15.042	23.839	647	2.267	2.451	3.322	773.964	29.537	5.160
Totais	347.183	96.681	85.769	235.792	108.316	44.069	38.452	110.460	13.076.393	753.334	96.189

(1) PF refere-se aos produtos: Consignado, Veículos, Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal e Crédito Rural.

2.3 Concessão de Crédito dos Programas Emergenciais.

O Portal do Empreendedor do Governo apresenta o quanto foi emprestado nos diversos programas emergenciais para prover crédito subsidiado durante a pandemia. (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/credito>).

BNDES/FGI (até 22/7)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
1.262.600.000,00	774

FAMPE/SEBRAE (até 20/07)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
1.844.864.670,26	23.315

Ao contrário dos programas do BNDES e do Fampe, o Programa Nacional de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Pronampe) e o Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE) são programas de crédito com recursos adicionais do Tesouro Nacional. Os programas são precipuamente direcionados para micros e pequenas empresas ou empresas de médio porte de até R\$ 10 milhões, como é o caso do PESE, ou de até R\$ 300 milhões, como é o caso do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC) do BNDES FGI.

PRONAMPE/FGO (até 22/7)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
18.060.203.666,59	212.054

PESE

Faixa de número de empregados	Número de Empresas	Número de Empregados	Valor Financiado (R\$)
de 0 a 9	50.283	272.734	640.731.933,87
de 10 a 29	46.355	769.991	1.802.936.376,29
de 30 a 59	12.272	494.676	1.129.137.180,72
de 60 a 99	3.178	237.462	517.551.315,22
acima de 100	1.295	207.670	438.482.252,31
Total Geral	113.383	1.982.533	4.528.839.058,41

* Posição de 30/06/2020.

Informações detalhadas podem ser obtidas em <https://www.bcb.gov.br/app/pese/>.

PEAC - BNDES FGI

Estão habilitadas 24 instituições financeiras para operarem o PEAC, mas os dados com o número de contratos e valores contratados não estão disponíveis no site do BNDES, até esta data.

De acordo com o Portal do Empreendedor, até 22/7, os programas emergenciais emprestaram R\$ 25,70 bilhões, com 352 mil contratos efetivados.

3. Sub-Relatoria Cidadania

Na 21ª reunião, ocorrida no dia 20 de julho de 2020, a Comissão Mista aprovou o Requerimento nº 63/20 CN-Covid19, de autoria do Deputado Felício Laterça, que “Requer informações ao Sr. Ministro de Estado da Cidadania, no sentido de esclarecer esta Comissão sobre questões remanescentes da audiência pública e auxílios emergenciais indevidamente pagos”.

Houve menção expressa à necessidade de resposta para as questões de que trata o Requerimento nº 45/2020-CN-COVID19, aprovado na 8ª Reunião da Comissão, ocorrida no dia 25 de maio de 2020, e, principalmente, quanto aos auxílios emergenciais pagos em desacordo com o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, bem como aos controles preventivos e repressivos implementados desde então.

Também no dia 20 de julho de 2020, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev informou que atingiu a marca de 99,8% de processamento dos pedidos de auxílio emergencial, totalizando mais de 150 milhões de cadastros analisados.

No dia 21 de julho de 2020, o Ministério da Cidadania divulgou uma nova estratégia de combate a fraudes no auxílio emergencial, de forma integrada com o Ministério Público Federal – MPF, a Polícia Federal – PF e a Caixa Econômica Federal, com foco na atuação de grupos criminosos. Como consequência dos acordos firmados com os órgãos de controle dos pagamentos do auxílio emergencial, foi anunciado o envio de 1.303.127 números de Cadastro de Pessoas Físicas – CPF à Caixa Econômica Federal, para bloqueio e realização de uma verificação detalhada de possíveis irregularidades e fraudes.

4. Sub-Relatoria Ministério da Economia

4.1 Valores Autorizados e Execução Financeira

No orçamento da União, o total de despesas autorizadas para o combate à Covid-19, em 20/7/2020, alcançou R\$ 509,6 bilhões, com pagamentos acumulados de R\$ 282,8 bilhões (55,5% do autorizado), conforme retratado na Tabela 1 adiante, que informa os valores mensais acumulados por tipo de crédito.

Tabela 1 – Autorizações e execução financeira acumulada por tipo de crédito

R\$ milhões						
TIPO DE CRÉDITO	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020*
Crédito Extraordinários						
Dotação	11,3	8.530,7	252.839,5	319.191,8	404.170,5	509.278,9
Pago	0,1	1.038,4	60.441,9	113.793,8	210.978,1	282.763,5
% Execução	1,2%	12,2%	23,9%	35,7%	52,2%	55,5%
Créditos Iniciais						
Dotação	0,0	0,0	194,3	253,6	327,5	348,6
Pago	0,0	0,0	2,0	8,0	23,7	50,6
% Execução	0,0%	0,0%	1,0%	3,2%	7,2%	14,5%
Total						
Dotação	11,3	8.530,7	253.033,8	319.445,5	404.498,0	509.627,5
Pago	0,1	1.038,4	60.443,8	113.801,8	211.001,8	282.814,1
% Execução	1,2%	12,2%	23,9%	35,6%	52,2%	55,5%

* Data da última extração do SIAFI: 20/7/2020

A Tabela 2 a seguir detalha os valores executados, por ação, relativos aos créditos extraordinários, com destaque ao fato de que o Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (ação 00S4) já conta com R\$ 254,2 bilhões autorizados, dos quais R\$ 166,5 bilhões haviam sido pagos até 20/7/2020.

Tabela 2 - Execução das ações abertas por créditos extraordinários

R\$ milhões			
Ações orçamentárias	Autorizado*	Pago*	% Executado
00S4 - Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	254.240,0	166.478,2	65,5%
00S7 - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	60.189,5	30.074,5	50,0%
21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51.641,6	16.511,0	32,0%
21CO - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	44.785,8	20.273,0	45,3%
00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial / PESE	34.000,0	17.000,0	50,0%
00ED - Integralização de cotas do FGI / Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20.000,0	5.000,0	25,0%
00S3 - Auxílio Financeiro para Compensação dos Fundos de Participação	16.000,0	9.864,3	61,7%
00EE - Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) / Pronampe	15.900,0	15.900,0	100,0%
0454 - Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000,0	388,5	7,8%
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	3.037,6	369,3	12,2%
00S8 - Auxílio Financeiro ao Setor Cultural	3.000,0	0,0	0,0%
00NY - Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético	900,0	900,0	100,0%
20TP - Ativos Cíveis da União	320,1	4,7	1,5%
00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	160,0	0,0	0,0%
2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	43,1	0,0	0,0%
2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23,0	0,0	0,0%
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	20,0	0,0	0,0%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18,1	0,0	0,0%
Total	509.278,9	282.763,5	55,5%

* Data da última extração do SIAFI: 20/7/2020